



**ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE PASSO DE CAMARAGIBE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA**

**EDITAL Nº 001/2023 DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE  
PROPOSTAS DE PROJETOS VOLTADOS À PRODUÇÃO AUDIOVISUAL**

**EDITAL FLOR DO CAMARÁ - EDITAL DE FOMENTO A CURTA-METRAGEM,  
DOCUMENTÁRIOS, VÍDEO CLIPES E OUTROS FORMATOS**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE CAMARAGIBE**, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE PASSO DE CAMARAGIBE**, criada conforme Lei nº 678, de 14 de Maio de 2010, e modificada pela Lei nº 4.24, de 08 de Janeiro de 2021, com sede Na Rua São José, S/N - Barra de Camaragibe – CEP: 57.930-00 - Passo do Camaragibe I Alagoas, torna público para conhecimento dos interessados, o presente Edital nº 001/2023 – **EDITAL FLOR DO CAMARÁ - EDITAL DE FOMENTO A CURTA-METRAGEM, DOCUMENTÁRIOS, VÍDEO CLIPES E OUTROS FORMATOS**. O certame será regido pela Lei Complementar nº 195, de 08 de julho de 2022, pelo Decreto Federal nº 11.453, de 23 de março de 2023, pelo Decreto Federal nº 11.525, de 11 de maio de 2023, pelo Decreto Municipal nº 105, de 14 de novembro de 2023, pela Instrução Normativa do MinC nº 05, de 10 de agosto de 2023 e a Instrução Normativa do MinC nº 06, de 23 de agosto de 2023, e pela Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, bem como pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e transparência.

**1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E OBJETIVOS**

**1.1.** As condições para a execução da Lei Complementar nº 195, de 08 de julho de 2022, foram criadas através de escuta pública e o presente edital destina-se à seleção de 12 projetos voltados ao segmento audiovisual, inseridos na gama artística integrante do artigo 6º, da Lei Paulo Gustavo.

**1.2.** Estão asseguradas medidas de democratização, desconcentração, descentralização e regionalização do investimento cultural, com a implementação de ações afirmativas, fundamentado na previsão do Decreto Federal nº 11.525, de 11 de maio de 2023, em seus artigos 14, 15 e 16.

**1.3.** O Edital “Flor do Camará” - Edital de Fomento a Curta-Metragem, Vídeo Clipe e Outros Formatos se insere nas políticas de valorização e difusão da cultura alagoana com ênfase nos seguintes objetivos:

- 1.3.1. Fomentar a circulação da produção cultural alagoana;
- 1.3.2. Reconhecer a qualificação profissional dos artistas camaragibanos;
- 1.3.3. Contribuir para a perpetuação do desenvolvimento artístico da produção cultural alagoana;



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**MUNICÍPIO DE PASSO DE CAMARAGIBE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA**

## **2. DA JUSTIFICATIVA**

O Edital “Flor do Camará” - Edital de Fomento a Curta-Metragem, Vídeo Clipe e Outros Formatos, foi preparado e prospectado a partir do diálogo da Secretaria Municipal de Cultura de Passo de Camaragibe e a sociedade civil, mediante escuta pública e construção coletiva do que foi proposto, observados os procedimentos e transparência e a impessoalidade. Tem como propósito o reconhecimento de projeto dos agentes culturais do segmento cultural audiovisual. Esses concursos destacam a importância do fazer artístico em nossa sociedade, demonstrando respeito e apreço pelos esforços dedicados à promoção da cultura. Além disso, incentiva os artistas a se esforçarem ainda mais na criação de obras de alta qualidade, buscando constantemente melhorar suas habilidades e experimentar novas formas de expressão. Dessa maneira, esse pleito visa incentivar os agentes culturais a continuar seu compromisso com o fazer artístico e a criar obras significativas que enriquecem a sociedade.

## **3. DO OBJETO**

**3.1.** O presente Edital tem como objeto a seleção de 12 projetos audiovisuais: Curta metragem, documentários, programas de streaming, vídeo clipes. Premiações voltadas para fazedores e agentes culturais que atuam na área do audiovisual, conforme a seguinte distribuição:

a) **Modalidade Documentário:** 02 (dois) projetos para produções de audiovisuais acima de 10 minutos.

b) **Vídeo clipe:** 10 (dez) projetos para produções audiovisuais entre 3 a 10 minutos.

**3.2.** O proponente deverá indicar a categoria que deseja participar na Ficha de Inscrição (Anexo I).

**3.2.1.** Não existem limites de submissão dos projetos por proponente no presente edital.

**3.2.2.** O proponente deverá indicar somente uma modalidade por inscrição, sob pena da inscrição ser desclassificada em caso de seleção de mais de uma categoria.



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**MUNICÍPIO DE PASSO DE CAMARAGIBE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA**

#### **4. DOS RECURSOS FINANCEIROS**

**4.1.** Este certame prevê um investimento total **R\$ 85.862,53** (Oitenta e cinco mil, oitocentos e sessenta e dois reais e cinquenta e três centavos), distribuídos entre as seguintes modalidades:

c) **Modalidade Documentário:** 02 (dois) projetos para produções de audiovisuais acima de 10 minutos., com o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) cada, totalizando R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);

d) **Vídeoclipe:** 10 (dez) projetos para produções audiovisuais entre 3 a 10 minutos, com o valor de R\$ 5.862,53 (cinco mil, oitocentos e sessenta e dois reais e cinquenta e três centavos) cada, totalizando R\$ 58.625,30 (cinquenta e oito mil, oitocentos e sessenta e dois reais e cinquenta e três centavos)

**4.2.** Os recursos financeiros para a provisão deste Edital são oriundo da Lei Paulo Gustavo e serão repassados aos proponentes beneficiados por meio da seguinte dotação orçamentária:

<b>Dotação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte de Recurso</b>
3390.31	Premiações Cultural, Artística., Científica., Desportiva. e Outras	1715

#### **5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**5.1.** Poderão participar deste Edital os proponentes que cumprirem, obrigatoriamente, todos os requisitos abaixo identificados:

- a) Pessoa física, maior de 18 anos;
- b) Microempreendedor Individual (MEI), que possua atuação compatível com o objeto do edital;
- c) Pessoa jurídica com fins lucrativos, como empresa de pequeno porte, empresa de grande porte etc, que possua atuação compatível com o objeto do edital;
- d) Pessoa jurídica sem fins lucrativos, como associação, fundação, cooperativa etc, que possua atuação compatível com o objeto do edital;
- e) Coletivo/grupo sem constituição jurídica representado por pessoa física, que possua atuação compatível com o objeto do edital.

5.1.1. Os proponentes pessoas físicas poderão se inscrever em todas as categorias;



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**MUNICÍPIO DE PASSO DE CAMARAGIBE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA**

- 5.1.2. Os proponentes Microempreendedores Individuais (MEI) poderão se inscrever na em todas as categorias;
- 5.1.3. Os proponentes pessoas jurídicas com fins lucrativos poderão se inscrever em todas as categorias;
- 5.1.4. Os proponentes pessoas jurídicas sem fins lucrativos poderão se inscrever em todas as categorias;
- 5.1.5. Os proponentes coletivo/grupo sem constituição jurídica poderão se inscrever na em todas as categorias.
- 5.1.6. Um diretor só poderá executar até 02 (dois) projetos.
- 5.1.7. Caso um mesmo diretor seja contemplado em mais do que o limite de projetos, deverá escolher os projetos que serão executados, abdicando de outro (s) projeto (s) vencedor (es).
- 5.2.** Somente será permitida a participação de pessoas jurídicas, com ou sem fins lucrativos, inclusive MEI, que apresentem, expressamente, em seus atos constitutivos, finalidade ou atividade de cunho artístico- cultural. A menção às atividades artísticas e/ou culturais deve estar clara no documento legal da organização (estatuto, contrato social etc).
- 5.3.** Em se tratando de inscrição de coletivo/grupo:
- 5.3.1. O membro-representante deverá inserir a sua própria documentação.
- 5.3.2. O membro-representante deverá assinar Declaração de Representação (Anexo VII), que constará a qualificação de todos os membros do coletivo/grupo e suas respectivas assinaturas.
- 5.3.3. Os grupos/coletivos deverão ser compostos por, no mínimo, 05 (cinco) membros, não havendo limite de integrantes.
- 5.3.4. O membro-representante não pode exercer apenas funções administrativas no âmbito do projeto e deve exercer necessariamente a função de criação, direção, produção, coordenação, gestão artística ou outra função de destaque e capacidade de decisão no projeto.
- 5.4.** Os proponentes pessoas jurídicas sem ou com fins lucrativos, inclusive MEI, deverão conter no mínimo 01 (um) ano de abertura, comprovados por meio do Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral no CNPJ.
- 5.5.** Todos os proponentes deverão comprovar que residem em Passo de Camaragibe há, no mínimo, 01 (um) ano, além da comprovação de endereço atual. A não observação do item, resultará na inabilitação do projeto.



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**MUNICÍPIO DE PASSO DE CAMARAGIBE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA**

**6. DAS VEDAÇÕES**

- 6.1.** É vedada a participação de proponentes que tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos, bem como os cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 6.2.** É vedada a proposta de pessoa física ou jurídica, inclusive MEI, que tenha como proponente funcionário público, funcionário terceirizado, cargos de confiança ou estagiários da Prefeitura Municipal de Passo de Camaragibe, lotados na Secretaria Municipal de Cultura.
- 6.3.** É vedada a participação de proponente que esteja em situação de pendência, inadimplência, falta de prestação de contas em contratos e/ou convênios celebrados com a Prefeitura Municipal de Passo de Camaragibe.
- 6.4.** É vedada a participação de proponente que esteja em situação de pendência, inadimplência, falta de prestação de contas dos projetos contemplados nos editais, oriundos da Lei Federal nº 14.017/2020 – Lei Aldir Blanc.
- 6.5.** É vedada a participação do proponente pessoa física menor de 18 (dezoito) anos.
- 6.6.** Fica vedada a participação de proponentes residentes em outros municípios e estados da federação.
- 6.7.** Não será permitida a mudança do proponente em nenhuma das etapas do processo deste Edital.
- 6.8.** As irregularidades relacionadas aos impedimentos, constatadas a qualquer tempo, implicarão em desclassificação da proposta.
- 6.9.** Fica vedada a concessão de recursos aos proponentes impedidos de contratar com a Administração Pública.
- 6.10.** É vedado o aporte de recursos deste edital em conteúdos religiosos ou políticos, manifestações e eventos esportivos, concursos, publicidade, tele vendas, infocomerciais,



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**MUNICÍPIO DE PASSO DE CAMARAGIBE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA**

propaganda política obrigatória, conteúdo audiovisual veiculado em horário eleitoral gratuito, conteúdos jornalísticos, programas de auditório ancorados por apresentador, bem como em obras audiovisuais de natureza publicitária, institucional ou corporativa, inclusive programas de televentas e infocomerciais; obra jornalística; obra promocional; obra pornográfica; videoaula; programa cuja finalidade principal seja o registro ou transmissão de eventos, ainda que editados, como competições esportivas, shows de música, apresentações de ópera, peças teatrais, espetáculos de dança, entre outros.

## **7. APLICAÇÃO DAS COTAS E CRITÉRIOS DIFERENCIADOS DE PONTUAÇÃO**

**7.1.** Ficam assegurados, mecanismos de estímulo à participação e ao protagonismo de grupos vulneráveis, nas seguintes proporções:

- a) No mínimo 20% para pessoas negras (pretas ou pardas);
- b) No mínimo 10% para pessoas indígenas;
- c) No mínimo 10% para mulheres;
- d) No mínimo 10%, para pessoas LGBTQIAPN+;
- e) No mínimo 10% para povos tradicionais (terreiro, quilombolas, ciganos, nômades, ribeirinhos);
- f) No mínimo 10% para pessoas com deficiência;
- g) No mínimo 10% para pessoas 60+.

**7.1.1.** Os percentuais de indução sofrem intersecção, com exceção dos percentuais para pessoas negras (pretas ou pardas) e para pessoas indígenas que não se interseccionam, conforme o que orienta o art. 16 do Decreto nº 11.525, de 11 de maio de 2023.

**7.1.2.** Os demais percentuais de indução de que tratam o item 7.1, mulheres, LGBTQIAPN+, povos tradicionais (terreiro, quilombolas, ciganos, nômades, ribeirinhos), pessoas com deficiência e pessoas 60+ sofrem intersecção entre si e entre os percentuais de pessoas negras (pretas ou pardas) ou para pessoas indígenas.



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**MUNICÍPIO DE PASSO DE CAMARAGIBE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA**

**7.2.** Como mecanismos de estímulo à participação, haverá incremento de pontuação diferenciada, cumulativa para cada recorte, da seguinte maneira:

- a) Pessoas negras (pretos e pardos) – 0,5 (meio) ponto;
- b) Pessoas indígenas – 0,5 (meio) ponto;
- c) Mulheres – 0,5 (meio) ponto;
- d) Povos tradicionais (terreiro, quilombolas, ciganos, nômades, ribeirinhos) – 0,5 (meio) ponto;
- e) Pessoas LGBTQIAPN+ – 0,5 (meio) ponto;
- f) Pessoas com deficiência – 0,5 (meio) ponto; e
- g) Pessoas 60+ – 0,5 (meio) ponto.



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**MUNICÍPIO DE PASSO DE CAMARAGIBE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA**

**7.3.** Os proponentes que optarem por concorrer às cotas, concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja, concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo de seleção.

**7.4.** Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas conforme a ordem de classificação.

**7.5.** No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o preenchimento de algumas categorias de cotas previstas na seleção, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para outra categoria de cotas, observada a seguinte ordem:

- a) Às pessoas pretas ou pardas;
- b) Às pessoas indígenas;
- c) Sequencialmente, às mulheres; aos povos tradicionais (terreiro, quilombolas, ciganos, nômades, ribeirinhos); às pessoas LGBTQIAPN+; às pessoas com deficiência e pessoas 60+.

**7.6.** Caso não haja outra categoria de cotas, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, consoante a ordem de classificação.

**7.7.** Para concorrer às cotas, os proponentes deverão se autodeclarar no ato da inscrição usando documentação específica abaixo:

- a) Autodeclaração étnico-racial (pretos, pardos e indígenas);
- b) Autodeclaração de gênero (para mulheres);
- c) Autodeclaração de pertencimento aos povos tradicionais;
- d) Autodeclaração de sexualidade e gênero (para a comunidade LGBTQIAPN+);
- e) Autodeclaração para pessoas com deficiência;
- f) Autodeclaração para pessoas 60+.

**7.7.1.** Os concorrentes às cotas de pessoa com deficiência deverão inserir na fase de habilitação, laudo subscrito por médico competente (com papel timbrado, carimbo e CID) para comprovação de sua condição de cotista no edital, inclusive para recebimento do recurso, caso seja contemplado.

**7.8.** Para fins de verificação da autodeclaração étnico-racial, o procedimento de análise de heteroidentificação será realizado como medida obrigatória.





**ESTADO DE ALAGOAS**  
**MUNICÍPIO DE PASSO DE CAMARAGIBE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA**

- a) Pessoas jurídicas que possuem quadro societário majoritariamente composto por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas;
- b) Pessoas jurídicas ou grupos/coletivos sem constituição jurídica que possuam pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas em posições de liderança no projeto cultural;
- c) Pessoas jurídicas ou grupos/coletivos sem constituição jurídica que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas;
- d) Além das cotas para pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas, os membros da equipe da pessoa jurídica e dos grupos/coletivos podem se submeter às demais cotas, conforme item 7.1.

7.8.1. A comprovação para o subitem “a” será feita por meio do documento de constituição da empresa que consta o nome de todo o quadro societário para análise quantitativa, bem como pela autodeclaração da maioria dos membros componentes.

7.8.2. A comprovação para o subitem “b” será feita por meio da descrição do projeto em que constam as lideranças do projeto cultural, bem como pela autodeclaração do líder ou líderes.

7.8.3. A comprovação para o subitem “c” será feita por meio da relação nominal de todos os componentes da equipe do projeto, bem como pela autodeclaração da maioria dos membros

**7.9.** No caso de identificação por parte da comissão de heteroidentificação de que o proponente não se enquadra nas cotas étnico-raciais, o proponente terá seu projeto avaliado na ampla concorrência quando houver boa-fé. Uma vez constatada a ausência de boa-fé, com a intenção de fraudar a cota, o projeto será desclassificado.



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**MUNICÍPIO DE PASSO DE CAMARAGIBE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA**

**7.10.** No caso de denúncia de que o proponente não se enquadra nas cotas étnico-raciais, será submetido à reanálise da comissão. Constatado erro por parte da comissão de heteroidentificação, o proponente terá seu projeto realocado para a ampla concorrência quando houver boa-fé. Uma vez constatada a ausência de boa-fé, com a intenção de fraudar a cota, o projeto será desclassificado e poderá responder conforme o que preconiza o art. 299 do Código Penal.

7.10.1. Uma vez que o proponente seja adepto de outras cotas previstas no item 7.1, constatada a boa-fé, sua avaliação será feita de acordo com estas, sendo desconsiderada apenas as cotas étnico-raciais rejeitadas pela comissão de heteroidentificação.

7.10.2. As justificativas serão devidamente publicadas junto ao resultado preliminar da análise do mérito do certame, podendo o proponente recorrer durante o período de recurso, conforme consta no cronograma deste edital.

7.10.3. O resultado da análise dos recursos será liberado junto ao resultado final da análise do mérito



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**MUNICÍPIO DE PASSO DE CAMARAGIBE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA**

## **8. DA DESCONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO DOS RECURSOS**

**8.1.** O presente edital também utilizará reserva de vagas para proponentes das áreas urbanas e rural, da cidade de Passo de Camaragibe, sendo garantida a quantidade de 50% de projetos selecionados, para cada região.

**8.2.** Se as regiões não conseguirem preencher todas as vagas disponíveis, a distribuição das vagas remanescentes será destinada prioritariamente à região s que apresentar o maior número de proponentes suplentes ou de acordo com a necessidade do segmento.

## **9. DA CONTRAPARTIDA**

**9.1.** Os agentes culturais contemplados neste edital, com projeto de fomento, deverão realizar como contrapartida as seguintes medidas:

a) A realização de atividades destinadas, prioritariamente, aos alunos e professores de escolas públicas ou universidades, públicas ou privadas, que tenham estudantes do Programa Universidade para Todos (PROUNI), bem como aos profissionais de saúde, preferencialmente àqueles envolvidos no combate à pandemia, e as pessoas integrantes de grupos/coletivos culturais e de associações comunitárias, ou de atividades em espaços públicos de sua comunidade, de forma gratuita; e

b) Sempre que possível, exposições com interação popular por meio da internet ou exposições públicas, quando aplicável, com distribuição gratuita de ingressos aos grupos referidos na alínea "a" deste item, em intervalos regulares.

**9.2.** A contrapartida deverá ser informada no Plano de Trabalho (Anexo III) e a data de sua realização será informada no Termo de Execução Cultural (Anexo XI).



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**MUNICÍPIO DE PASSO DE CAMARAGIBE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA**

**9.3.** A comprovação da realização da contrapartida deverá ser inserida dentro do Relatório de Realizaçãodo Objeto do Projeto (Anexo XII), na fase de Prestação de Contas.

## **10. DO PLANO DE TRABALHO**

**10.1.** O Plano de Trabalho (Anexo III) deverá ser enviado no momento da inscrição, pois servirácomocritério de avaliação do projeto pela Comissão de Seleção e conterà os itens abaixo:

- a) A descrição do objeto;
- b) O cronograma de execução;
- c) Como as medidas de acessibilidade serão aplicadas;
- d) Estratégia de divulgação;
- e) Contrapartida que será realizada; e
- f) A estimativa de todos os custos.

10.1.1. A verificação da concordância entre a estimativa de custos do plano de trabalho e os preços vigentes no mercado será realizada por meio de tabelas de referência de valores, a avaliaçãode especialistas ou técnicos do setor público, ou através de outros métodos para identificar os valores praticados no mercado.

10.1.2. A estimativa de custos do plano de trabalho poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais.

## **11. DAS INSCRIÇÕES**

**11.1.** O cadastramento será feito presencialmente, na sede da Secretaria Municipal de Cultura de Passo de Camaragibe ou por meio digital, no endereço eletrônico: [passosecut@gmail.com](mailto:passosecut@gmail.com) sendo garantida a correspondência de confirmação de inscrição.

**11.2.** Para realizar inscrição no formato digital é preciso anexar todos os documentos obrigatórios, devidamente assinados e no formato, em PDF.

O edital completo e seus anexos poderão ser baixados no website da Prefeitura Municipal do Passo de Camaragibe <https://www.passodecamaraqibe.al.gov.br>



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**MUNICÍPIO DE PASSO DE CAMARAGIBE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA**

**11.3.** O Edital de fomento é composto pelos seguintes anexos e todos deverão ser preenchidos pelos proponentes no ato da inscrição:

- Formulário de inscrição - (Anexo I);
- Currículo do Proponente - (Anexo II);
- Plano de Trabalho – Formulário de Apresentação Detalhada do Projeto (Anexo III);
- Formulário de produção de vídeos – (Anexo IV);
- Planilha Orçamentária – (Anexo V);
- Declaração de Não Impedimentos – (Anexo VI);
- Declaração de representação de grupo/coletivo, com assinatura do responsável pelo grupo, bem como de todos os seus membros, se for o caso – (Anexo VII);
- Formulário de Autodeclaração, se for o caso – (Anexo VIII);
- Termo de Consentimento de Coleta de Dados – (Anexo IX);

**11.4.** Nos casos dos proponentes que aderirem às cotas étnico-raciais, observar as documentações previstas no Formulário de Autodeclaração (Anexo VIII) que devem ser enviadas no ato da inscrição.

**11.5.** A ausência de quaisquer anexos listados resultará na desclassificação da proposta, com exceção do Formulário de Autodeclaração.

**11.6.** Os proponentes que se enquadrem como grupo/coletivo que não apresentarem a Declaração de representação de grupo/coletivo, serão desclassificados.

**11.7.** Caso o proponente inscreva um mesmo projeto mais de uma vez, será considerada a última inscrição enviada.

**11.8.** Serão de responsabilidade do agente todas as despesas decorrentes de sua participação neste Edital, a veracidade das informações e dos documentos apresentados, sua comprovação, quando solicitada, bem como a salvaguarda do comprovante de inscrição.

**11.9.** Os projetos que não forem inscritos de acordo com o solicitado neste edital, quando percebido o equívoco, serão desclassificados ou inabilitados a qualquer momento.

## **12. DO PROCESSO DE SELEÇÃO**

**12.1.** O processo de Seleção dos projetos inscritos neste edital será realizado em 02 (duas) etapas:



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**MUNICÍPIO DE PASSO DE CAMARAGIBE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA**

12.1.1. Etapa 1: Análise do Mérito cultural dos projetos: fase de análise do projeto realizada por Comissão de Seleção;

12.1.2. Etapa 2: Habilitação: fase de análise dos documentos de habilitação do proponente.

### **13. DA ANÁLISE DO MÉRITO**

**13.1.** A análise do mérito consiste num processo de avaliação crítica e objetiva da proposta inscrita no certame. Essa análise visa determinar se a proposta tem valor, relevância e qualidade suficientes para ser contemplado.

**13.2.** O processo de seleção será realizado por uma Comissão de Seleção composta por, no mínimo, 05 (cinco) membros da gestão pública e possíveis convidados, da área cultural e deverá contar com o apoio técnico da assessoria de projetos da Secretaria Municipal de Cultura de Passo de Camaragibe.

13.2.1. Todos os membros escolhidos para compor a Comissão de Seleção, terão seus nomes posteriormente publicados, através de portaria, publicada no portal da transparência, da Prefeitura Municipal de Passo de Camaragibe.

**13.3.** Toda documentação pertinente à proposta, será encaminhada para avaliação da Comissão de Seleção.

**13.4.** A análise de propostas poderá utilizar critérios quantitativos ou critérios qualitativos adequados à especificidade da produção artística e cultural, tais como originalidade, inventividade artística, singularidade, promoção de diversidade, coerência da metodologia em relação aos objetivos descritos, potencial de impacto ou outros parâmetros similares.

**13.5.** As propostas que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição Federal de 1988, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

**13.6.** Serão utilizados os seguintes critérios de avaliação e pontuação:



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**MUNICÍPIO DE PASSO DE CAMARAGIBE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA**

Item	Critério	Escala de Avaliação		
		Não Satisfatório	Satisfatório	Excelente
01	<p><b>Qualidade técnica do projeto</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Coerência do objeto, apresentação, objetivos, estrutura do projeto, exposição de motivos, justificativa e metas do projeto e concepção;</li><li>• Qualidade, originalidade, relevância e inovação do projeto;</li><li>• Conteúdo relevante, clareza e coerência;</li><li>• Projeto com concepção artística inovadora;</li><li>• Execução, descrita de maneira clara e objetiva.</li><li>• Consistência estética;</li></ul> <p>A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo.</p>	0,0 a 12,0	13,0 a 19,0	20,0
02	<p><b>Viabilidade orçamentária e de execução</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução às metas, resultados e desdobramentos do projeto proposto;</li><li>• Proposta orçamentária contemplando todas as ações previstas, com todos os itens de despesa do projeto;</li><li>• Proposta compatível com preços de mercado;</li><li>• Planilha financeira que demonstre que o projeto é viável e exequível, de acordo com a proposta apresentada e o valor do certame.</li><li>• Detalhamento da planilha de fácil entendimento</li><li>• Proposta que mostre equilíbrio entre os ganhos previstos para o proponente e para outros agentes do projeto, com o objetivo de descentralizar os recursos</li></ul> <p>A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também deverá ser considerada para fins de avaliação, a coerência e conformidade dos valores e na planilha orçamentária do projeto.</p>	0,0 a 12,0	13,0 a 19,0	20,0
03	<p><b>Perfil e experiência do proponente e equipe técnica</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Currículos (proponentes, integrantes da equipe do</li></ul>	0,0 a 12,0	13,0 a 19,0	20,0



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**MUNICÍPIO DE PASSO DE CAMARAGIBE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA**

	projeto e demais profissionais envolvidos). <ul style="list-style-type: none"><li>• Trajetória artística e cultural do proponente</li><li>• Compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas</li><li>• A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação às atribuições que serão executadas por eles no projeto.</li></ul>			
04	<b>Contribuição artística:</b> Será considerado, para fins de avaliação, temas abordados, originalidade, criatividade, capacidade de realização se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura local.	0,0 a 12,0	13,0 a 19,0	20,0
05	<b>Aspectos de integração comunitária:</b> Se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, através das contrapartidas e estratégias de acessibilidade.	0,0 a 6,0	7,0 a 9,0	10,0
06	<b>Potencial de impacto no cenário audiovisual e efeito multiplicador:</b> Se a proposta apresenta capacidade de impactar a cena audiovisual, e estratégias eficazes de formação de público, se possui interesse público, a possibilidade de contribuir para o desenvolvimento do audiovisual local.	0,0 a 6,0	7,0 a 9,0	10,0
<b>Total</b>		<b>100,0</b>		

**13.7.** Serão selecionadas as propostas que obtiverem as maiores pontuações.

**13.8.** Serão desclassificadas as propostas cuja pontuação final seja inferior a 60,0 pontos.

**13.9.** Em caso de empate, será observada a melhor nota no critério nº 1. Persistindo o empate, serão observadas as melhores notas nos critérios subsequentes, até ocorrer o desempate.

**13.9.1.** Persistindo o empate, será ganhador o proponente que tiver mais tempo de experiência no desenvolvimento de atividades culturais.

**13.10.** Os resultados da etapa de análise do mérito, com a lista de selecionados e suplentes, serão divulgados no portal da Prefeitura Municipal de Passo de Camaragibe.

**13.11.** Para o cadastro de reserva será elaborada uma planilha de propostas suplentes, de acordo





**ESTADO DE ALAGOAS**  
**MUNICÍPIO DE PASSO DE CAMARAGIBE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA**

com a ordem de pontuação, podendo ser convocadas, em caso de inabilitação ou desistência.

## **14. DA HABILITAÇÃO**

**14.1.** O proponente responsável pelo projeto aprovado deverá anexar os documentos necessários à habilitação, de acordo com a sua inscrição. A documentação será analisada pela Comissão de Seleção.

**14.2.** Os documentos deverão ser entregues em envelope lacrado no protocolo da Secretaria Municipal de Cultura de Passo de Camaragibe, das 08h00 às 17h00, com a identificação do edital, do projeto e do proponente, em até 05 (cinco) dias corridos, contados a partir do primeiro dia posterior à publicação da homologação do resultado definitivo.

**14.3.** Os documentos necessários para a habilitação são os seguintes:

### **14.3.1. Pessoas físicas:**

- a) Documento oficial com foto do proponente (RG, CNH, Passaporte ou CTPS);
- b) Comprovante de situação cadastral do CPF;
- c) Comprovação de residência de no mínimo 01 (um) ano no Estado de Alagoas;
- d) Comprovante de residência atual na Cidade, com data máxima de 90 (noventa) dias antes da abertura da fase de habilitação.
- e) Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União.
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas
- g) Certidão Negativa de Débitos Estadual.
- h) Certidão Negativa de Débitos Municipal do domicílio do candidato.
- i) Laudo médico, com carimbo e CID para comprovação da deficiência, para os casos dos
- j) proponentes que optaram por cota para pessoa com deficiência;
- k) Conta bancária específica para recebimento dos recursos oriundos da Lei Paulo Gustavo.

**14.3.1.1.** A comprovação de que trata a alínea "c" e "d" poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:

- a) Pertencentes à comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
- b) Pertencentes à população nômade ou itinerante; ou
- c) Que se encontrem em situação de rua.



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**MUNICÍPIO DE PASSO DE CAMARAGIBE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA**

**14.3.2. Pessoas jurídicas:**

- a) Comprovante de inscrição e de situação cadastral no CNPJ; que comprove a sede e atuação de no mínimo 01 (um) ano em Passo de Camaragibe
- b) Cópia do Contrato Social e última alteração contratual (caso haja) ou do Ato Constitutivo e respectivo Estatuto, devidamente registrados, onde esteja consignado como objeto o exercício de atividade na área cultural;
- c) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- d) Para Microempreendedores Individuais, Comprovante de Inscrição do MEI;
- e) Comprovante de endereço na sede em Passo de Camaragibe, da pessoa jurídica, com data máxima de 90 (noventa) dias antes da abertura da fase de habilitação.
- f) Documento oficial com foto do responsável legal pela pessoa jurídica (RG, CNH, Passaporte ou CTPS);
- g) CPF do responsável legal pela pessoa jurídica;
- h) Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União.
- i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
- j) Certificado de Regularidade do FGTS.
- k) Certidão Negativa de Débitos Estadual.
- l) Certidão Negativa de Débitos Municipal .
- m) Laudo médico, com carimbo e CID para comprovação da deficiência, para os casos dos membros da empresa que optaram por cota para pessoa com deficiência.
- n) Conta bancária específica para recebimento dos recursos oriundos da Lei Paulo Gustavo.

**14.3.3. Grupos/Coletivos:**

- a) Documento oficial com foto do proponente responsável pelo grupo/coletivo (RG, CNH, Passaporte ou CTPS);
- b) Comprovante de situação cadastral do CPF do responsável pelo grupo/coletivo;
- c) Comprovação de residência de no mínimo 01 (um) ano em Passo de Camaragibe do responsável pelo grupo/coletivo;
- d) Comprovante de residência atual de Passo de Camaragibe , com data máxima de 90 (noventa) dias antes da abertura da fase de habilitação do responsável pelo grupo/coletivo.
- e) Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União do responsável pelo grupo/coletivo



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**MUNICÍPIO DE PASSO DE CAMARAGIBE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA**

- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas do responsável pelo grupo/coletivo;
- g) Certidão Negativa de Débitos Estadual do responsável pelo grupo/coletivo;
- h) Certidão Negativa de Débitos Municipal do domicílio do responsável pelo grupo/coletivo;
- i) Laudo médico, com carimbo e CID para comprovação da deficiência, para os casos dos membros que optaram por cota para pessoa com deficiência;
- j) Conta bancária específica para recebimento dos recursos oriundos da Lei Paulo Gustavo.

14.3.3.1. A comprovação de que trata a alínea “c” e “d” poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:

- a) Pertencentes à comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
- b) Pertencentes à população nômade ou itinerante; ou
- c) Que se encontrem em situação de rua.

**14.4.** Serão inabilitadas as inscrições que apresentarem documentos rasurados, ilegíveis ou com insuficiência de informações ou quando deixarem de apresentar quaisquer documentos previstos nos itens ou que desrespeitem qualquer regra do presente certame, sendo vedada a juntada de documentos após o período de habilitação.

**14.5.** O resultado preliminar da etapa de Análise Documental, com a lista de inscrições habilitadas e inabilitadas, bem como os motivos das eventuais inabilitações, será divulgado no portal oficial da Prefeitura de Passo de Camaragibe <https://www.passodecamaragibe.al.gov.br/>

**14.6.** O resultado final da etapa de Análise Documental, com a lista definitiva de inscrições habilitadas, será divulgado no portal eletrônico <https://www.passodecamaragibe.al.gov.br/> após análise dos recursos.

## **15. DOS RECURSOS**

**15.1.** Após a divulgação do resultado preliminar da análise dos projetos, todos os proponentes poderão interpor recurso dentro do prazo de 06 (seis) dias corridos, a contar da publicação dos resultados preliminares, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação, conforme consta no cronograma.

**15.2.** O formulário próprio para recurso (Anexo X) estará disponível no portal <https://www.passodecamaragibe.al.gov.br/>

**15.3.** No caso de recursos presenciais, deverá ser entregue no protocolo da Secretaria Municipal de Passo de Camaragibe, com o formulário de recurso preenchido e assinado.



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**MUNICÍPIO DE PASSO DE CAMARAGIBE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA**

**15.4. Recursos à Etapa de Análise do Mérito:**

- 15.4.1. O recurso deverá conter apenas as razões recursais, sendo vedada a inclusão de documentos ou informações que deveriam constar originalmente no projeto inscrito, visto que não haverá nova avaliação do projeto.
- 15.4.2. O recurso deverá apontar especificamente alguma falha no processo de seleção e propor correção.
- 15.4.3. Serão indeferidos os recursos inconsistentes, intempestivos e com teor desrespeitoso dirigidos à Comissão de Seleção ou aos profissionais que subsidiarão as análises.
- 15.4.4. Os recursos serão julgados no prazo de até 05 (cinco) dias corridos pela Comissão de Seleção que será subsidiada por profissional qualificado contratado para análise do mérito, no caso de recurso que diz respeito às notas dos projetos.
- 15.4.5. Ao término dos trabalhos de análise dos recursos, a Comissão de Seleção encaminhará o resultado à Secretária Municipal de Cultura, com as devidas atas das reuniões que deliberaram sobre a avaliação dos recursos.

**15.5. Recursos à Etapa de Habilitação:**

- 15.5.1. O recurso deverá conter apenas as razões recursais, sendo vedada a inclusão de documentos ou informações que deveriam constar na fase de habilitação.
- 15.5.2. O recurso deverá apontar especificamente alguma falha no processo de habilitação e propor correção.
- 15.5.3. Serão indeferidos os recursos inconsistentes, intempestivos e com teor desrespeitoso dirigidos à Comissão de Seleção ou aos profissionais que subsidiarão as análises.
- 15.5.4. Os recursos serão julgados pela Comissão de Seleção no prazo de até 05 (cinco) dias corridos.
- 15.5.5. Ao término dos trabalhos de análise dos recursos, a Comissão de Seleção encaminhará o resultado, com as devidas atas das reuniões que deliberaram sobre a avaliação dos recursos.

**15.6. Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.**



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**MUNICÍPIO DE PASSO DE CAMARAGIBE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA**

**15.7.** Após a etapa de análise dos recursos à habilitação, será encaminhado para homologação, o resultado definitivo do Edital, para publicação no portal oficial da Prefeitura Municipal de Passo do Camaragibe.

## **16. TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL**

**16.1.** O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural/proponente contemplado e apto a receber neste Edital e pelo representante da Prefeitura Municipal de Passo de Camaragibe.

**16.2.** Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural/proponente receberá os recursos em conta bancária informada na fase de habilitação para pagamento em desembolso único.

**16.3.** A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento do recurso estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do proponente.

**16.4.** O agente cultural deve assinar o Termo de Execução Cultural em até 02 (dois) dias úteis, conforme o cronograma. A não entrega do termo acarreta na perda do apoio financeiro e convocação do suplente para assumir sua vaga.

**16.5.** Os recursos do termo de execução cultural serão depositados pela administração pública em conta bancária específica e os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcançado objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

**16.6.** A conta bancária da instituição financeira não deverá ter cobrança de tarifas.

**16.7.** Os recursos do termo de execução cultural poderão ser utilizados para o pagamento de:

- a) Prestação de serviços;
- b) Aquisição ou locação de bens;
- c) Remuneração de equipe de trabalho com os respectivos encargos;
- d) Diárias para cobrir deslocamento, viagem, hospedagem, alimentação, transporte e necessidades similares de integrantes da equipe de trabalho, independentemente do regime de contratação;
- e) Despesas com tributos e tarifas bancárias;
- f) Assessoria jurídica, serviços contábeis e assessoria de gestão de projeto;



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**MUNICÍPIO DE PASSO DE CAMARAGIBE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA**

- g) Fornecimento de alimentação para a equipe de trabalho ou para a comunidade em que ocorrer a execução;
- h) Desenvolvimento e manutenção de soluções de tecnologia da informação;
- i) Assessoria de comunicação e despesas com a divulgação e o impulsionamento de conteúdo;
- j) Despesas com a manutenção de espaços, inclusive aluguel e contas de água e energia, entre outros itens de custeio;
- k) Realização de obras, reformas e aquisição de equipamentos relacionados à execução do objeto; e
- l) Outras despesas necessárias para o cumprimento do objeto.

**16.8.** O agente cultural será o responsável exclusivo pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos.

**16.9.** As escolhas de equipe de trabalho e de fornecedores serão de responsabilidade do agente cultural, vedada a exigência de que sejam adotados procedimentos similares aos realizados no âmbito da administração pública em contratações administrativas no processo decisório.

## **17. DA DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS**

**17.1.** Todos os projetos deverão divulgar o financiamento da Lei Complementar nº 195/2022 de forma explícita, visível e destacada em todos os produtos e materiais de divulgação de acordo com o manual de marcas do Ministério da Cultura.

**17.2.** Os produtos artístico-culturais e todas as peças de divulgação dos projetos exibirão as logomarcas da Lei Paulo Gustavo, do Governo Federal, do Ministério da Cultura e da Prefeitura Municipal de Passo de Camaragibe.

## **18. DO PAGAMENTO**

**18.1.** Após a homologação do resultado definitivo no portal da Prefeitura Municipal de Passo de Camaragibe e da assinatura do Termo de Execução Cultural, os proponentes aptos receberão o recurso em conta específica.

**18.2.** Caso o proponente esteja em débito com a União, com o Estado de Alagoas e/ou seu respectivo município, não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital. Tal averiguação se dará por meio das Certidões Negativas de Débitos.

**18.3.** Constatada a desistência do proponente ou alguma impossibilidade de recebimento do recurso, ocorrerá a desclassificação do proponente e a convocação do candidato subsequente, desde que dentro do prazo de vigência do Edital.

**18.4.** Os suplentes a serem chamados nos casos descritos acima, deverão seguir o regimento de aprovação por cotas:



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**MUNICÍPIO DE PASSO DE CAMARAGIBE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA**

a) O cotista somente poderá ser substituído por outro cotista da mesma categoria do concurso. Findando os cotistas, poderão ser elencados projetos concorrentes da ampla concorrência.

**18.5.** Em caso de pagamento em duplicidade ou erroneamente, os proponentes que receberem o montante deverão se comprometer a devolver aos cofres da prefeitura Municipal de Passo de Camaragibe, por meio de conta bancária indicada no ato da solicitação da restituição.

## **19. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

**19.1.** Será composta pelo Relatório de Realização do Objeto do Projeto (Anexo XII), que contará, entre outros, com a seguintes informações:

- a) Detalhamento de todas as atividades desenvolvidas e apresentando dados estatísticos, tais com profissionais envolvidos direta e indiretamente na realização do projeto;
- b) Municípios que receberam as ações do projeto;
- c) Clipagem, repercussão na mídia e redes sociais e relatório de impulsionamento, quando houver;
- d) Declaração do proponente de que acompanhou a execução financeira e de que foram cumpridas as obrigações legais.

**19.2.** Em caso da análise da prestação de contas demonstrar carência de informações e não for possível aferir o cumprimento integral do objeto do Relatório de Realização do Objeto do Projeto, é facultado ao órgão responsável pelo certame o direito de requisitar o Relatório de Execução Financeira (Anexo XIII) com as devidas comprovações.

**19.3.** A prestação de contas será analisada e avaliada pela assessoria de projetos pertinente da Secretaria Municipal de Cultura, que emitirá parecer técnico sobre a realização do objeto.

**19.4.** Caso seja verificado o não cumprimento do objeto do projeto, as sanções pertinentes ao descumprimento do Plano de Trabalho serão aplicadas de acordo com o descrito no Termo de Execução Cultural.

**19.5.** O Agente Cultural é responsável pela manutenção de toda documentação físico-financeira referente ao projeto, devendo ser mantida em arquivo e boa ordem, à disposição dos órgãos de controle internos e externos, pelo prazo de 05 (cinco) anos contados a partir da homologação da prestação de contas.



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**MUNICÍPIO DE PASSO DE CAMARAGIBE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA**

**20. DAS LIMITAÇÕES DA QUANTIDADE DE PROJETOS CONTEMPLADOS POR PROPONENTE**

**20.1.** De acordo com o que prevê o Decreto Municipal nº 105, de 14 de novembro de 2023, no que diz respeito aos recursos voltados ao segmento audiovisual, os proponentes poderão ser contemplados, conforme a seguir:

- a) Pessoa física poderá ser contemplada com até 02 (dois) projetos, neste edital;
- b) Pessoa jurídica poderá ser contemplada com um total de 2 (dois) projetos, neste Edital.

**20.2.** Nos casos em que os proponentes sejam contemplados com mais de 02 (dois) projetos em alguma categoria do presente certame, serão considerados os projetos de maiores notas.

**20.3.** Caso haja empate nas notas de um mesmo proponente contemplado com mais de 02 (dois) projetos numa mesma categoria do presente edital, será adotado como critério de desempate os projetos que tiverem maior nota no critério 01.

**21. DO CRONOGRAMA**

**21.1.** O presente Edital será regido pelo seguinte cronograma:

<b>PERÍODO</b>	<b>ETAPA</b>
13 a 21 de novembro	Inscrições virtuais e presenciais
24 de novembro	Resultado parcial
24 a 30 de novembro	Prazo de apresentação de recursos
04 de Dezembro	Resultado final
05 a 08 de Dezembro	Pagamento dos Editais

**22. DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

**22.1.** Este Edital entra em vigor na data de sua publicação e terá a validade de 01 (um) ano, a contar da data de homologação do resultado, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período, devidamente justificado.





**ESTADO DE ALAGOAS**  
**MUNICÍPIO DE PASSO DE CAMARAGIBE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA**

**23. DO TRATAMENTO DE DADOS**

- 23.1 A Secretaria Municipal de Cultura de Passo de Camaragibe, deverá compartilhar os dados e informações coletados com o Ministério da Cultura sempre que forem requisitados, com o objetivo de realizar o monitoramento, avaliação e aprimoramento das políticas de apoio direto à cultura, conforme estabelecido nos incisos VI e VII do artigo 25 e nos incisos VIII e IX do artigo 26 do Decreto nº 11.525/2023.
- 23.2 Os proponentes inscritos neste certame concordam em fornecer seus dados, com a finalidade de implementação e avaliação da política pública estabelecida na Lei Complementar nº 195/2022 – Lei Paulo Gustavo. Esse consentimento prévio será expresso no momento da inscrição (Anexo IX).
- 23.3 O tratamento desses dados será conduzido exclusivamente pela administração municipal da Prefeitura de Passo de Camaragibe.
- 23.4 A coleta de dados para o monitoramento e avaliação da Lei Complementar nº 195/2022, será realizada de acordo com que preconiza a Instrução Normativa do MinC nº 06, de 23 de agosto de 2023.
- 23.5 Os dados pessoais, independentemente de serem sensíveis ou não, que forem compartilhados com o Ministério da Cultura, serão tratados com sigilo e em conformidade com as disposições dos artigos 46 a 51 da Lei nº 13.709/2018. Além disso, os dados coletados e enviados ao Ministério da Cultura poderão ser compartilhados com órgãos de pesquisa pertencentes à administração pública direta ou indireta, devidamente designados com a única finalidade de conduzir avaliações e estudos, com a garantia de que os dados pessoais serão anonimizados.

**24. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 24.1 A efetivação da inscrição neste Edital implica na automática e plena concordância com os termos deste certame.
- 24.2 O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade dos proponentes.
- 24.3 O presente edital e seus anexos estarão à disposição das pessoas interessadas no portal <https://www.passodecamaragibe.al.gov.br/>
- 24.4 Irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do proponente e publicada no Diário Oficial de Alagoas, bem como no site
- 24.5 Todos os documentos encaminhados referentes a este Edital, passarão a fazer parte dos acervos da Secretaria para fins de pesquisa, documentação e mapeamento da produção sociocultural e socioeducativa.
- 24.6 Dúvidas e informações referentes a este Edital poderão ser dirimidas ou obtidas junto à Comissão de Seleção, através do endereço eletrônico [passosecut@gmail.com](mailto:passosecut@gmail.com)
- 24.7 Os casos omissos serão analisados pela Comissão de Seleção, designada através de portaria municipal, publicada pela Prefeitura Municipal de Passo de Camaragibe.



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**MUNICÍPIO DE PASSO DE CAMARAGIBE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA**

24.8 Integram este edital os seguintes anexos:

1. Formulário de inscrição - (Anexo I);
2. Currículo do Proponente - (Anexo II);
3. Plano de Trabalho – Formulário de Apresentação Detalhada do Projeto (Anexo III)
4. Formulário de Produção de Videoclipes - (Anexo IV);
5. Planilha Orçamentária – (Anexo V);
6. Declaração de Não Impedimentos – (Anexo VI);
7. Declaração de representação de grupo/coletivo, com assinatura do responsável pelo grupo, bem comode todos os seus membros, se for o caso – (Anexo VII);
8. Formulário de Autodeclaração, se for o caso – (Anexo VIII);
9. Termo de Consentimento de Coleta de Dados – (Anexo IX)
10. Formulário de Recurso de Mérito e Habilitação – (Anexo X)
11. Termo de Execução Cultural – (Anexo XI)
12. Relatório de Realização do Objeto do Projeto – (Anexo XII)
13. Relatório de Execução Financeira – (Anexo XIII)

Passo de Camaragibe, Alagoas, 14 de novembro de 2023

**Ellisson Santos da Silva**  
Prefeito

**Maria Valderéz Rocha Durval**  
Secretária Municipal de Cultura de Passo do Camaragibe